Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Poder Executivo do Município de Venâncio Aires esta localizado na Rua Osvaldo Aranha, 634, Centro, Venâncio Aires/RS, e inscrito no CNPJ sob n.º 87.334.918/0001-55. O Poder Legislativo do Município de Venâncio Aires esta localizado na Rua Júlio de Castilhos, 325, Centro, Venâncio Aires/RS, e inscrito no CNPJ sob n.º 07.251.534/0001-30. O Fundo de Previdência Social do Município de Venâncio Aires - FPSM, localizado na Rua Osvaldo Aranha, 634, Segundo Andar, Centro, Venâncio Aires/RS, criado pela Lei n.º 1.620 de 25 de janeiro de 1993, regido pela Lei n.º 3.561 de 29 de setembro de 2005 e alterações posteriores, inscrito no CNPJ sob n.º 11.094.795/0001-60, esta vinculado a Secretaria de Administração do Poder Executivo Municipal. Tem por principais atividades operar os planos de custeio e benefícios do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município – RPPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício de 2016 foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), Princípios Contábeis geralmente aceitos, e Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 6º edição. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

As Receitas de Contribuições está dividida em Receita de Contribuições Sociais e Receita de Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública. As Receitas de Contribuições Sociais é composta da Receita de Contribuição de Servidores e de Pensionistas, e das seguintes receitas intraorçamentárias: Contribuição Patronal de Servidores, Contribuição Patronal de Pensionistas, Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial, e Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos, conforme demonstrado abaixo:

Receita Correntes	Previsão Inicial (R$)	Previsão Atualizada (a) R$	Receitas Realizadas (b) R$	Saldo c = (b – a) R$
Contribuições Socias (1)	**5.536.365,00**	**5.536.365,00**	**5.839.306,39**	**302.941,39**
Contribuição Servidor Ativo Civil	5.452.000,00	5.452.000,00	5.755.841,98	303.841,98
Contribuição Servidor	84.090,00	84.090,00	80.598,81	(3.491,19)

Inativo Civil				
Contribuição Pensionista	275,00	275,00	2.865,60	2.590,60
Contribuições Sociais Intraorçamentárias (2)	**16.577.140,00**	**16.577.140,00**	**14.770.860,20**	**(1.806.279,80)**
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	6.830.000,00	6.830.000,00	6.057.415,78	(772.584,22)
Contribuição Patronal Servidor Inativo Civil	105.600,00	105.600,00	81.772,21	(23.827,79)
Contribuição Patronal Pensionista Civil	1.840,00	1.840,00	2.824,22	984,22
Contribuição Amortização do Déficit Atuarial	8.959.000,00	8.959.000,00	7.918.864,67	(1.040.135,33)
Contribuição em Regime de Parcelamento de Débitos	680.700,00	680.700,00	709.983,32	29.283,32
TOTAL RECEITAS CONTRIBUÇÕES SOCIAIS (3)=(1)+(2)	**22.113.505,00**	**22.113.505,00**	**20.610.166,59**	**(1.503.338,41)**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (4)	**2.650.000,00**	**2.650.000,00**	**2.467.919,74**	**(182.080,26)**
TOTAL RECEITAS CONTRIBUÇÕES (3)+(4)	**24.763.505,00**	**24.763.505,00**	**23.078.086,33**	**(1.685.418,67)**

As alíquotas de contribuição patronal, de servidores e de pensionista são definidas anualmente após a realização de avaliação atuarial. Ficaram definidas as seguintes alíquotas de contribuição: 11,5% contribuição servidores ativos, inativos e pensionistas; 14,44% contribuição patronal ativos, inativos e pensionistas; 18,61% de contribuição para amortização do déficit atuarial.

A receita de parcelamento de débitos refere-se a Lei Municipal n.º 2.893 de 16 de novembro de 2001, e ao Termo de Acordo n.º 00410/2015 de 09 de junho de 2015. A Lei n.º 2.893 autorizou o Poder Executivo Municipal a parcelar débitos com o FPSM em 240 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas mensalmente pelo índice do IGP-M, e acrescidas de 0,5% de juros ao mês. Até a data das demonstrações contábeis, ocorreram amortizações de 182 parcelas. O Termo de Acordo n.º 00410/2015 parcelou contribuição patronal em atraso em 60 parcelas mensais, autorizado pela Lei Municipal n.º 5.699 de 26 de junho de 2015. Até a data das demonstrações contábeis, ocorreram amortizações de 19 parcelas.

Com a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, o FPSM passou a controlar os saldos de restos a pagar não processados nas contas de Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento, nível 5, grupo 5.3.1 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, e a execução nas contas de Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, classe 6, subgrupo 6.3.1 - Execução de Restos a

Pagar Não Processados. Os saldos de restos a pagar processados e não processados em 31/12/2016 são:

RESTOS A PAGAR EXECUTIVO SEM RPPS (1)	INSCRITOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES (R$)	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (R$)
Restos a Pagar não Processados	164.441,00	468.193,74
Restos a Pagar Processados	17.047,95	12.373.121,90
TOTAIS	**181.488,95**	**12.841.315,64**

RESTOS A PAGAR SEM RPPS – LEGISLATIVO (2)	INSCRITOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES (R$)	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (R$)
Restos a Pagar não Processados	27.222,23	8.838,36
Restos a Pagar Processados	0,00	59.142,68
TOTAIS	**27.222,23**	**67.981,04**

RESTOS A PAGAR RPPS (3)	INSCRITOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES (R$)	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (R$)
Restos a Pagar não Processados	0,00	5.072,49
Restos a Pagar Processados	5.976,85	24.693,47
TOTAIS	**5.976,85**	**29.765,96**

RESTOS A PAGAR TOTAL (4) = (1)+(2)+(3)	INSCRITOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES (R$)	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (R$)
Restos a Pagar não Processados	191.663,23	482.104,59
Restos a Pagar Processados	23.024,80	12.456.958,05
TOTAIS	**214.688,03**	**12.939.062,64**

A receita patrimonial está dividida em receitas imobiliárias, de valores mobiliários, de concessões e permissões, e outras receitas patrimoniais. Dentre as receitas mobiliárias destaca-se a receita obtida com aplicação financeira dos recursos do Fundo de Previdência Social do Município – FPSM, que acabarão o ano superando em R$ 6.668.884,16 a previsão atualizada.

O total arrecado de operações de crédito, no valor de R$ 4.842.428,79, correspondem aos seguintes contratos de empréstimos e financiamentos:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONTRATO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo c = (b – a)
Caixa Econômica Federal – Contrato 354431-82 – Pavimentação Asfáltica – PAC 2	0,00	44.425,45	339.929,14	295.503,69
Caixa Econômica Federal – Contrato 354444-38 – Pavimentação Asfáltica – PAC 2	0,00	7.978,97	72.291,50	64.312,53
Caixa Econômica Federal – Contrato 399664-53 – Pavimentação Asfáltica – PAC 2	2.759.640,67	2.759.640,67	1.008.083,57	(1.751.557,10)
Caixa Econômica Federal – Contrato 399668-90 – Pavimentação Asfáltica – PAC 2	6.135.811,76	6.135.811,76	2.285.430,58	(3.850.381,18)
Badesul Desenvolvimento S/A –	0,00	188.319,00	188.319,00	0,00

Contrato 026/2014 – Pimes - Máquinas				
BRDE – Contrato n. 64.996/BNDES AUTOMATICO	0,00	3.793.500,00	948.375,00	2.845.125,00
BRDE – BNDES AUTOMATICO	0,00	5.206.500,00	0,00	5.206.500,00
Badesul – PIMES Asfalto	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
TOTAL EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CURTO E LONGO PRAZO	**8.895.452,43**	**21.136.175,85**	**4.842.428,79**	**(16.293.747,06)**

A receita obtida de alienações de bens, no valor de R$ 1.454.734,52, corresponde a arrecadação de R$ 39.700,00 de bens móveis, e de R$ 1.415.034,52 de bens imóveis.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

4.1 Ativo Circulante

4.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades depositadas em conta corrente bancária estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas foram contabilizadas como variações patrimoniais aumentativas, interferindo no resultado patrimonial.

4.1.2 Créditos a Curto Prazo

Os empréstimos e financiamentos concedidos estão mensurados ou avaliados pelo valor original.

A dívida ativa tributária e não tributária estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas de atualização monetária, juros e multas ocorridas até a data do Balanço Patrimonial.

Os saldos da dívida ativa tributária e não tributária estão separados em curto e longo prazo, conforme critérios definidos na Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, 6ª Edição, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Atendendo critérios do mesmo manual, os saldos da dívida ativa estão ajustados a valor recuperável.

A metodologia utilizada pelo Município no cálculo do ajuste a valor recuperável baseia-se no histórico de recebimentos passados, conforme abaixo:

1) Calculou-se a Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício ÷ 12;

2) Calculou-se a Média anual de saldos mensais da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa = soma dos saldos mensais ÷ 12;
3) Calculou-se a Média ponderada de recebimentos = Média mensal de recebimentos ÷ Media de saldos de valores inscritos em Dívida Ativa;
4) Essa média ponderada de recebimentos foi calculada em cada um dos 3 (três) últimos exercícios;
5) Calculou-se a média percentual de recebimentos dos três últimos exercícios = (média ponderada ano 2013 + ano 2014 + ano 2015) ÷ 3;
6) O valor do ajuste a valor recuperável da Dívida Ativa é igual ao saldo da conta de valores inscritos em Dívida Ativa menos o percentual da média percentual de recebimentos multiplicado pelo mesmo saldo.

4.1.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os demais créditos e valores a curto prazo estão mensurados ou avaliados pelo valor original, e correspondem a adiantamentos a pessoal e a terceiros, antecipação duodécimo próximo exercício, depósitos judiciais, créditos a receber de salário família e salário maternidade do RGPS, créditos de convênios, contratos firmados com o Governo Federal, Estadual e Municipal, e Entidades Privadas, conforme detalhamento abaixo:

Especificação	ANO 2016 (R$)	ANO 2015 (R$)
Adiantamentos a pessoal e a terceiros	48.497,74	55.128,14
Antecipação duodécimo próximo exercício	95.230,81	204.214,86
Depósitos Judiciais	200.000,00	0,00
Créditos reembolso salário família e maternidade	2.660,70	877,97
Crédito a receber folha de pagamento	0,70	0,00
Créditos a receber de Entidades Federais	8.005.417,85	11.657.847,73
Créditos a receber de Entidades Estaduais	4.392.166,71	6.805.541,55
Créditos a receber de Entidades Municipais	65.659,98	45.050,75
Créditos a receber de Entidades Privadas	0,00	182,06
Total Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**12.809.634,49**	**18.768.843,06**

4.1.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Os investimentos e aplicações financeiras estão mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescidas dos rendimentos de aplicações financeiras obtidas até a data do Balanço Patrimonial. Os rendimentos são contabilizados como variações patrimoniais aumentativas, ou como reversão de ajuste a valor recuperável nos casos de aplicações que tiveram perdas anteriormente.

As aplicações dos recursos do FPSM estão distribuídas da seguinte forma:

Investimentos e Aplicações Temporárias	**160.903.748,54**
Títulos e Valores Mobiliários	**161.257.262,72**
Aplicações em Segmento de Renda Fixa	**153.687.702,68**
Fundo de Investimento em Renda Fixa	45.830.954,26
Fundo de Investimento em Renda Fixa – Crédito Privado	1.769.708,93
Fundo de Investimento Referenciados	9.405.397,66
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	0,00
Fundo de Investimento Títulos do Tesouro	96.681.641,83
Aplicações em Segmento de Renda Variável	**7.569.560,04**
Fundos de Ações	3.721.417,40
Fundo Multimercado	0,00
Fundo de Investimento Imobiliário	3.848.142,64
(-) Ajustes de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias	**(353.514,18)**
Aplicações em Segmento de Renda Fixa	**0,00**
Aplicações em Segmento de Renda Variável	**(353.514,18)**

As aplicações financeiras do FPSM obedecem a resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.922 de 25 de novembro de 2010, e n.º 4.392 de 19 de dezembro de 2014, que dispõem como devem ser aplicados os recursos dos regimes próprios de previdência social, tendo presente as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Os ajustes de perdas de investimentos que alcançaram o montante de R$ 5.160.853,76 em final de 2013, fecharam em R$ 707.508,96 em final de 2014, em R$ 912.090,53 em final de 2015, e em R$ 353.514,18 em final de 2016. O resultado negativo é decorrência da volatilidade do mercado, que faz ocorrer perdas no segmento de renda variável.

4.1.5 Estoques

Os estoques de bens em almoxarifado estão avaliados ou mensurados pelo preço médio ponderado das compras.

4.2 Ativo Não-Circulante

4.2.1 Imobilizado

O ativo imobilizado está mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

As medidas necessárias para implantação dos procedimentos de depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável dos bens móveis e imóveis do Poder Executivo, conforme exigido na Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, em consonância com as Normas Brasileira de Contabilidade

Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP 16.9 e NBC TSP 16.10, serão realizadas até o prazo-limite de adoção constante na Portaria n.º 548 de 24 de setembro de 2015 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

O Poder Legislativo implantou os procedimentos de depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável dos bens móveis e imóveis no exercício de 2015.

4.3 Passivo Circulante

4.3.1 Pessoal a Pagar

O montante de R$ 9.517.874,83 apresentado no balanço na coluna do exercício de 2015 como Pessoal a Pagar corresponde a provisão de férias (R$ 7.355.128,83), contabilizados em atendimento ao princípio da competência, a saldo de precatório parcelado a pagar (R$ 2.160.382,04), e a restos a pagar processados de pessoal (R$ 2.363,96).

O montante de R$ 10.705.625,06 apresentado no balanço na coluna do exercício de 2016 corresponde a provisão de férias (R$ 7.875.954,29), contabilizados em atendimento ao princípio da competência, a saldo de precatório parcelado a pagar (R$ 2.098.660,42), e a empenhos de restos a pagar processados de pessoal (R$ 731.010,35).

4.3.2 Benefícios Assistenciais a Pagar

O montante de R$ 475.197,53 apresentado no balanço na coluna do exercício de 2016 corresponde a restos a pagar processados de encargos sociais (R$ 138.368,43).

4.3.3 Encargos Sociais a Pagar

O montante de R$ 1.313.564,68 apresentado no balanço na coluna do exercício de 2015 como Encargos Sociais a Pagar corresponde a provisão de encargos sociais sobre férias (R$ 1.175.196,25), contabilizados em atendimento ao princípio da competência, e a restos a pagar processados de encargos sociais (R$ 138.368,43).

O montante de R$ 4.799.100,13 apresentado no balanço na coluna do exercício de 2016 como Encargos Sociais a Pagar corresponde a provisão de encargos sociais sobre férias (R$ 1.198.662,28), contabilizados em atendimento ao princípio da competência, a restos a pagar processados de encargos sociais pagar ao FPSM-RPPS (R$ 2.707.139,99), INSS-RGPS (R$ 138.292,28), FGTS (R$ 7.482,24), IPERGS (R$ 1.597,96) e ao Fundo de

Previdência de Mato Leitão (R$ 753,71), e a parcelamentos de contribuições devidas ao FPSM (R$ 745.171,67).

4.3.4 Empréstimos e Financiamentos – Circulante e Não-Circulante

Os empréstimos e financiamentos contraídos e que tiveram liberações financeiras, estão mensurados ou avaliadas pelo valor original, acrescidos de atualização monetária, juros e demais encargos exigidos até a data do Balanço Patrimonial. Os saldos estão apresentados em curto e longo prazo.

CONTRATO	Posição R$ 31/12/2016	Parcelas a pagar em 31/12/2016	Posição R$ 31/12/2015	Parcelas a pagar em 31/12/2015
Caixa Econômica Federal – Contrato 59033-76 – Sanga Cambará	34.829,44	30	45.985,63	42
Caixa Econômica Federal – Contrato 59036-42 – Pró Saneamento	0,00	--	270.848,09	08
Caixa Econômica Federal – Contrato 354431-82 – Pavimentação Asfáltica – PAC 2	10.676.554,95	195	10.487.111,77	207
Caixa Econômica Federal – Contrato 354444-38 – Pavimentação Asfáltica – PAC 2	5.707.276,45	201	5.707.606,03	213
Caixa Econômica Federal – Contrato 399664-53 – Pavimentação Asfáltica – PAC 2	3.774.792,53	219	2.796.811,01	231
Caixa Econômica Federal – Contrato 399668-90 – Pavimentação Asfáltica – PAC 2	3.242.515,16	219	979.152,10	231
Badesul Desenvolvimento S/A – Contrato 006/2011 – Pavimentação Asfáltica	0,00	--	318.840,72	5
Badesul Desenvolvimento S/A – Contrato 1002/2011 – Programa Modernização Administração Tributária	644.810,46	34	860.206,22	46
Badesul Desenvolvimento S/A – Contrato 026/2014 – Pimes - Máquinas	1.755.901,96	24	2.415.159,90	36
Banco do Brasil – Contrato 21/01000	993.556,00	91	1.048.147,00	96
BRDE – Contrato 64.996/BNDES Automático	948.375,00	78	0,00	--
BRDE – Contrato 65.129/BNDES Automático	0,00	78	0,00	--
TOTAL EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CURTO E LONGO PRAZO	**27.778.611,95**		**24.929.868,47**	

4.4 Passivo Não-Circulante

4.4.1 Pessoal a Pagar

O montante de R$ 2.098.664,42 apresentado no balanço na coluna do exercício de 2015 como Pessoal a Pagar – Não Circulante corresponde ao saldo de precatório alimentar parcelado a pagar.

4.4.2 Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo

As provisões matemáticas previdenciárias compreendem, de acordo com o resultado da avaliação atuarial, a provisão correspondente ao valor presente liquido das prestações futuras dos **benefícios já concedidos** aos assistidos e beneficiários em gozo de beneficio de prestação continuada, bem como a provisão correspondente ao valor presente liquido das prestações futuras dos **benefícios a conceder** para a geração atual (servidores ativos).

4.5 Patrimônio Líquido

4.5.1 Resultados Acumulados

A movimentação dos resultados acumulados foi a seguinte:

	Débitos R$	Créditos R$	Saldo R$
Saldo em 31/12/2014			**27.226.997,01 CR**
Superávit do exercício de 2015	0,00	11.638.295,92	
Ajustes de Exercícios Anteriores	8.934.375,93	0,00	
Saldo em 31/12/2015			**29.930.917,00 CR**
Superávit do exercício de 2016	0,00	1.977.366,83	
Ajustes de Exercícios Anteriores	4.065.914,88	0,00	
Ajuste por omissão de contabilização de valores a receber pelo FPSM	0,00	964.579,09	
Saldo em 31/12/2016			**28.806.948,04 CR**

4.5.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores são:

	Débitos R$	Créditos R$	Saldo R$
Saldo em 31/12/2014			**5.202.613,82 CR**
Transferência saldo para a conta superávit ou déficit de exercícios anteriores	5.202.613,82	0,00	
Ajuste baixa Operações de Crédito inscritas como crédito a receber	5.228.758,75	0,00	
Ajuste inscrição precatório do exercício de 2014 parcelado	3.400.000,00	0,00	
Ajuste baixa crédito a receber do Governo Estadual	300.696,27	0,00	
Ajuste baixa crédito a receber do Governo	4.920,91	0,00	

Federal			
Saldo em 31/12/2015			**8.934.375,93 DR**
Transferência saldo para a conta superávit ou déficit de exercícios anteriores	0,00	8.934.375,93	
Ajuste baixa Operações de Crédito inscritas como crédito a receber	3.705.734,79	0,00	
Ajuste baixa crédito a receber do Governo Federal	75.322,83	0,00	
Ajuste baixa crédito a receber do Governo Municipal	0,01	0,00	
Ajuste de saldo de valores contabilizados como dívida ativa em 31/12/2015	303.017,82	0,00	
Ajuste de saldo de valores não contabilizados como dívida ativa em 31/12/2015	0,00	15.489,96	
Ajuste de provisão de encargos patronais sobre férias	0,00	2.670,61	
Saldo em 31/12/2016			**4.065.914,88 DB**

5. DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As variações patrimoniais aumentativas a classificar são anulações de restos a pagar processados (R$ 19.454,83), variações patrimoniais aumentativas do Crédito Municipal de Venâncio Aires – CREDIM (R$ 69.109,72), e ajustes contábeis de estoques (R$ 0,39).

As reversões de provisões e ajustes de perdas, constantes nas outras variações patrimoniais aumentativas, correspondem a:

	ANO 2016 (R$)	ANO 2015 (R$)
Reversão de Provisões e Ajustes de perdas	**31.101.632,01**	**47.975.544,39**
Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias - RPPS	28.790.045,12	46.934.198,98
Reversão Ajustes de Perdas Dívida Ativa Tributária	2.001.393,79	911.786,19
Reversão Ajustes de Perdas Dívida Ativa Não Tributária	310.193,10	129.559,22

As diversas variações patrimoniais aumentativas correspondem a:

	ANO 2016 (R$)	ANO 2015 (R$)
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	**2.878.059,41**	**4.387.544,39**

Compensação Financeira entre o Regime Geral – RGPS e o Regime Próprio de Previdencia Social do Município - RPPS	938.126,70	535.902,70
Multas Administrativas	87.617,44	63.627,23
Variações patrimoniais aumentativas decorrentes de fatos geradores diversos	1.852.315,27	3.788.367,52

As variações patrimoniais diminutivas de reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes, constantes nas variações patrimoniais diminutivas correspondem a contabilização de reavaliação do ativo imobilizado do Poder Legislativo, de perdas com aplicações financeiras resultantes do resultado negativo de rentabilidade da carteira do fundo de previdência, de redução a valor recuperável de bens imóveis do Poder Legislativo, e ajuste de perdas com créditos inscritos em dívida ativa:

	ANO 2016 (R$)	**ANO 2015 (R$)**
Reavaliação, Redução a valor recuperável e ajustes	**5.397.309,41**	**9.208.728,59**
Reavaliação de bens móveis - Legislativo	0,00	424.387,05
Redução a valor recuperável de investimentos - RPPS	497.806,86	204.581,57
Redução a valor recuperável de bens imóveis - Legislativo	0,00	223.189,06
Ajuste perdas com créditos dívida ativa	4.899.502,55	8.356.570,91

As variações patrimoniais diminutivas de constituição de provisões tratam-se de constituição de provisões matemáticas previdenciárias do RPPS, ajustadas quando apresentação do resultado da avaliação atuarial.

As diversas variações patrimoniais diminutivas são valores de indenizações judiciais diversas (R$ 358.909,10), amortização de parcelamentos com o Fundo de Previdência Social do Município – FPSM (R$ 0,00), indenizações e restituições (R$ 500,00), compensação financeira entre o RGPS e RPPS (R$ 24.693,47), e variação diminutiva decorrentes de fatos geradores diversos (R$ 182,27).

Giovane Wickert
Prefeito Municipal
CPF 950.446.550-15

Jeanine Cristiane Benkenstein
Secretária da Fazenda
CPF 884.075.780,53

Alexandre Ullmann Pretzel
Contador
CRC/RS 67.590/O-8